

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU

FOSTERING SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT THROUGH SUSTAINABLE NATURAL RESOURCE EXPLOITATION IN GUINEA-BISSAU

Nelsio Gomes Correia¹

RESUMO: O artigo salienta a necessidade de “fomentar o desenvolvimento socioeconômico através da exploração dos recursos naturais de forma sustentável na Guiné-Bissau”. Assim, o objetivo do artigo busca compreender as causas e consequências do desmatamento e seus danos provocados nas florestas do país. Sendo que, estas situações de desflorestamento e destruição do solo impactaram negativamente o meio ambiente e sem benefício econômico para o Estado. No âmbito metodológico, foi utilizado durante a elaboração do artigo os textos relacionados com o tema de pesquisa. Entre as bibliografias consultadas para a leitura e análise das abordagens dos diferentes autores destaca-se os livros, artigos científicos, teses, relatórios etc. Em suma, é preciso o Estado guineense criar uma conscientização popular sobre a educação ambiental e da mesma maneira envolver o sector privado no combate ao desmatamento e a pesca insustentável.

5869

Palavras-chave: Desmatamento florestal. Desenvolvimento sustentável. Instabilidade política. População rural. Guiné-Bissau.

ABSTRACT: The article highlights the need to "foster socio-economic development through the exploitation of natural resources in a sustainable manner in Guinea-Bissau." Thus, the objective of the article seeks to understand the causes and consequences of deforestation and its damage caused to the country's forests. Being that, these situations of deforestation and soil destruction negatively impacted the environment and without economic benefit to the state. In the methodological scope, the texts related to the research theme were used during the elaboration of the article. Among the bibliographies consulted for the reading and analysis of the approaches of different authors are books, scientific articles, theses, reports, etc. In summary, it is necessary for the Guinean State to create popular awareness about environmental education and likewise to involve the private sector in combating deforestation and unsustainable fishing.

Keywords: Forest Deforestation. Sustainable Development. Political Instability. Rural Population. Guinea-Bissau.

¹ Mestrando em Estudos Africanos no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa/Portugal. Bacharel em Humanidades e Licenciado em Sociologia pela Unilab/CE.

INTRODUÇÃO

O artigo, pretende-se discutir e analisar as situações que têm estado acontecer nos últimos três anos (2012-2014) na Guiné-Bissau, no que diz respeito ao aumento descontrolado da corte e venda ilegal das madeiras denunciada pelos moradores locais. Esta situação gerou uma impugnação entre as organizações da Sociedade Civil e privadas contra esse ato que viola os princípios da moratória aprovada em 2015 que impede o corte abusivo, venda ilegal e a exportação de madeiras valiosas confiscadas no país.

Nesta situação, foram adotadas pelo Estado algumas medidas preventivas como:

Moratória (2015) interditando o corte, a comercialização, transporte e venda de madeira. Diagnóstico das alternativas de geração de renda para as comunidades das 5 áreas protegidas desenvolvida em 2017; Pelo menos 30 sessões de formação sessões de formação sobre a utilização durável dos recursos biológicos, transformação, tratamento e higiene nas áreas protegidas; Proibição da comercialização de plásticos (saco não biodegradável) através do Decreto nº 16/2013 e Despacho nº 120/2018 (GUINÉ-BISSAU, 2019, p. 60);

O abate florestal vivenciado não tem contribuído para o crescimento econômico, e ainda colocou o país na continuidade da dependência da ajuda externa. As madeiras vendidas pertenciam a alguns governantes que comercializavam para os seus interesses.

5870

Entende-se que a adesão de práticas legais que seguem as normas ambientais que previnem e punem os cortes ilegais, são fundamentais para evitar estas ações. Sendo que um dos atos mais violentos contra a natureza é o desmatamento que aconteceu no país devido à crise das instituições do Estado. Desta forma, as empresas chinesas aproveitaram desta vulnerabilidade (JAU, 2022). Sendo que neste período poucos governantes é que denunciaram esta ação ilegal que não contribui para o bem-estar socioeconômico do país.

O Estado é o que produz as leis que determinam o funcionamento destas atividades. Porém, este cria o quadro legal e ao mesmo tempo o viola, assina acordos de pescas e madeiras com empresas estrangeiras que não cumprem devidamente os contratos estabelecidos, porque não há uma fiscalização rigorosa da pesca feita nos mares do país.

Com base nisso, o objetivo do trabalho busca compreender as causas e consequências do desmatamento e seus danos provocados nas florestas do país.

Em relação ao processo metodológico, antes de iniciarmos a elaboração do artigo, realizamos um levantamento bibliográfico para observar os textos que já foram publicados pelos autores nas revistas científicas e nos repositórios universitários.

Para realização desta pesquisa qualitativa e de revisão bibliográfica, decidimos adotar neste processo três (3) etapas que consideramos mais adequadas para seguir e sistematizar os dados encontrados no decorrer da nossa investigação. Desta forma, são estas a saber: coleta de dados, análise dos resultados e a conclusão.

Como se trata de uma pesquisa de revisão bibliográfica, decidimos realizá-la com base nos documentos oficiais sobre normas de prevenção e produções científicas relacionado ao tema. Na primeira etapa, a técnica utilizada foi a coleta de dados através da busca e observação por via de internet dos textos do nosso interesse elaborados por outros autores disponíveis nos sites confiáveis e nas revistas científicas para este estudo.

Na segunda etapa, depois da recolha dos dados, começamos a analisar as informações obtidas durante a pesquisa para serem inseridas no artigo. Deste modo, foi realizada a leitura dos textos, fichamentos e o resumo das ideias principais desses autores para a nossa fundamentação teórica e aprofundar mais na temática.

Na terceira e última etapa, foi analisada as ideias selecionadas mais apropriadas nos textos (documentos, livros, artigos científicos etc.), para serem introduzidas no trabalho. Assim, consideramos estas ideias significativas para o embasamento teórico e foram inseridas nas diferentes seções do artigo. De maneira sintetizada, de acordo com as visões desses autores, concluímos que a devastação florestal, além de ser um problema ambiental, é uma ameaça a biodiversidade desse bioma e das espécies.

Em relação aos avanços neste campo de conhecimento, é observada várias produções sobre a prevenção e combate à devastação e as políticas de conservação que os países devem adotar para minimizar as consequências dos cortes. Os critérios adotados são o controle, cumprimento das leis ambientais, redução do uso inadequado dos fertilizantes químicos nos solos, plantio da monocultura e pesca insustentável.

A elaboração deste trabalho, justifica-se por nosso interesse em compreender a importância da promoção do desenvolvimento sustentável por meio da proteção dos recursos naturais como propriedade do Estado. Uma vez que estas ações ilícitas não garantem a gestão racional, crescimento econômico do PIB e a transparência na exploração dos recursos naturais na Guiné-Bissau. Visto que, o país além de ser rico em biodiversidade e recursos naturais, a sua população vive da agricultura.

A ADERÊNCIA DAS POLÍTICAS LIBERAIS E O AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

A Guiné-Bissau após a sua independência, em 1973, decidiu tomar as providências para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, contudo, estas medidas não geraram resultados desejados e necessários para o crescimento econômico.

Deste modo, mergulhou-se numa tensão socioeconômica que impactou de forma negativa os “objetivos de superação de subdesenvolvimento” articulada com a difusão das concepções liberais em meados da década, para resgatar o país nesta situação. Em 1986, o Estado adotou o programa de ajustamento estrutural que engloba as reformas em muitas áreas e sobretudo ambientais, com a finalidade de integrar a economia no âmbito internacional (VICENTE CATEIA et al., 2018).

É compreendida que a inserção da Guiné-Bissau no mercado internacional, isso levaria o Estado a mudar a conduta relacionada a prática do livre comércio. Isto quer dizer que não afetará o comércio interno, ou seja, não vai criar limitações na troca de bens e serviços. Assim sendo, os planos nacionais podem perder autonomia devido a limitação da intervenção da autoridade local para regularizar o mercado nacional e seguir as normas universais de comércio. Todavia, a responsabilidade deve focar mais em melhorar as condições de vida da população e as diretrizes da produção e distribuição devem atender mais os cidadãos e não as normas estabelecidas pelo mercado internacional.

5872

A exploração dos recursos naturais que deveria servir para o crescimento econômico do país, não foi utilizada para este propósito, mas sim, para o benefício pessoal dos governantes que representam o Estado. A entrega de licenças para empresas da China para o abate de florestas, aconteceu no período do golpe militar em abril de 2012 que gerou instabilidade política e governativa. Estas aproveitaram desta crise para fazer a exploração ilegal. A partir desse período, o cenário intensificou até 2014 em que foi acompanhada muita extração abusiva que deixou muitas implicações socioambientais vivenciadas atualmente no país (JAU, 2022).

Por outro lado, com a resolução da crise política no país e depois da aprovação do Orçamento Geral de Estado (OGE) pelo parlamento, foi observado que a economia da Guiné-Bissau cresceu 4,8%. Tudo isso está ligado ao sector de caju que tem ajudado bastante na exportação em massa que o país conseguiu. Além disso, estimulou o aumento do

rendimento que provém das receitas a nível interno como resultado da oferta de água e energia.

Durante o ano de 2015, o crescimento alcançou 4,8% por causa da continuidade da atividade econômica e do aumento das exportações. O acréscimo da colheita está ligada a uma boa produção de caju por três fatores fundamentais, que são: as trocas vantajosas deste produto, ampliação da oferta de água e energia para a população no país. E estes fatores são relevantes para o crescimento da economia nacional, portanto deverão continuar, mas tudo depende das políticas que poderão ser adotadas pelo Estado que pode manter esse avanço ou impedi-lo. Os riscos da redução da economia abrangem a carência de avanços em reformas e bem como no sector bancário (GUINÉ-BISSAU, 2016).

Nesta difícil circunstância, nota-se que o país está estagnado e os negócios estão cada vez mais em decadência já que muitas pessoas estão com medo e preferem permanecer em casa tendo em vista o clima de instabilidade verificado no país. As receitas estão cada vez mais a decrescer, particularmente as alfandegárias em torno de 50%. Se continuar assim não será fácil o país atrair os investidores estrangeiros (TCHUMÁ, 2015). No entanto, a crise coloca em risco os financiamentos conseguidos na “mesa redonda de doadores que teve lugar em Bruxelas em março” e outros fundos mobilizados de “20 milhões de dólares por ano”.

Outro motivo que contribuiu na decadência econômica do país é a crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 ligada às incertezas e o baixo preço da comercialização de caju que provocou grandes consequências para o sistema financeiro. Em relação aos outros países da África Ocidental que compõem 8 economias da sub-região em que a Guiné-Bissau faz parte, o choque dessa tensão tem mais implicações na venda por motivos da fragilidade e sua dependência neste produto mais exportado.

A Guiné-Bissau, que faz parte da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que inclui também o Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo, tem uma forte dependência do processo de comercialização e exportação da castanha de caju, que representa mais de 90% das exportações do país. "Ora, sendo as incertezas e os riscos quanto à campanha deste ano enormes, haverá consequentemente implicações graves, sendo certo que esta atividade dinamiza quase todos os setores da vida económica nacional"... "No caso da Guiné-Bissau, o impacto desse choque é acentuado devido à própria natureza e à situação do setor empresarial - as empresas são na sua maioria de pequena dimensão, pouco capitalizadas, e outras enfrentando uma situação financeira frágil", afirmou Helena Nosolini Embaló, em entrevista à Lusa. O BCEAO anunciou já uma série de medidas para permitir aos bancos continuarem a apoiar as empresas e para criar condições para uma retoma eficaz, incluindo a moratória

no pagamento de créditos concedidos pelas instituições bancárias às empresas (LUSA, 2020, s/p).

As limitações no comércio internacional possuirão um forte impacto e vão abalar grande número de famílias, principalmente as que vivem na pobreza. Estas pessoas compõem a maioria da população do país que vive da agricultura nas regiões particularmente da castanha de caju. Também, como produto que dá mais rendimento aos agricultores nacionais e o mais exportado.

AS CAUSAS DO DESMATAMENTO FLORESTAL NO PAÍS

As causas principais do desmatamento florestal no país e similarmente verificadas em todo mundo, estão relacionadas às atividades humanas voltadas ao benefício destas pessoas. Os fatores que levam esses indivíduos a realizarem esta desflorestação destacam-se apenas esses: construções das moradias, extração das madeiras para venda, produção das mobílias nas indústrias, pecuária, exportação, produção de energia etc. Tudo isto pode provocar ameaças ao ecossistema (MARGULIS, 2003).

Assim como o aumento da agricultura tem influenciado muitas queimadas fora do controle do Estado. As frequentes denúncias dos madeireiros guineenses e a revisão da literatura, nos permitiu compreender que nos últimos três anos, vê-se mais violações das normas ambientais que causaram a remoção da vegetação durante a instabilidade política.

Outras razões da destruição tropical são muito difíceis de serem constatadas as suas origens de forma completa. Aliás, não é tão fácil termos a conclusão geral sobre os fatores contribuintes neste processo. Já que o reconhecimento dessas causas pode ser impactado por vários fatores, como baixa qualidade das informações, a metodologia utilizada e qualidade de análise efetuada do ponto de vista local, nacional entre países etc. Existe a diferença entre o desflorestamento e a ampliação da fronteira agrícola e algumas áreas que às vezes são reservadas para a remoção das madeiras (ARRAES et al., 2012).

Entendemos que a tensão política vivenciada na Guiné-Bissau é a principal razão influenciadora no processo de corte em larga escala de maneira descontrolada. E os próprios responsáveis pelo ato não levam em consideração as consequências futuras que esse abate das florestas pode trazer para o país.

Durante o governo de transição, foi verificado o aumento da presença dos parceiros internacionais, que construíram algumas infraestruturas baseadas na cooperação. Foram assinados contratos de pesca com a União Europeia e a China.

Estes acordos são baseados na Lei n.º 3/85, de 17 de Maio que determina a fixação dos limites da zona marítima no país. “O quadro legal que regula o exercício da pesca nas águas sob soberania e jurisdição nacionais é o Decreto-Lei n.º 2/86, de 29 de Março, sucessivamente alterado pelos Decretos-lei n.º 4/ 94, de 2 de Agosto, e 6-A/2000, de 22 de Agosto” (GUINÉ-BISSAU, 2011a. p. 1). Salienta-se que o Ministério das Pescas é responsável pela gerência e fiscalização de todas as atividades pesqueiras no país. Enquanto que o Ministério do Ambiente e Biodiversidade é o órgão que coordena toda a política ambiental desde a elaboração de leis e princípios que promovem a preservação e recuperação das áreas devastadas através do reflorestamento e exigindo o uso sustentável.

É percebido que os principais atores envolvidos na crise política são os militares que fizeram o golpe e os alguns governantes que dirigiam o país naquela altura. Perante esta tensão social, as empresas chinesas aproveitaram este momento para não cumprirem com as exigências do acordo de pesca e o corte de madeiras. Esta prática aconteceu por causa de poucos meios de fiscalização destas atividades não recomendadas pelo Estado.

5875

Assim, pode-se considerar uma pesca insustentável onde se verifica a utilização dos outros produtos oriundos desta pesca não recomendada e regularizada para exercer as atividades pesqueiras. Isto porque podem causar danos graves à biodiversidade, ecossistemas marinhos e prejudiciais à saúde humana e à vida dos peixes. Para atingir a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é necessário fortalecer o controle, preservar e sancionar os praticantes (União Europeia, 2022).

No período em que está a ocorrer as eleições gerais tem sido verificado que:

Enquanto a atenção nacional e internacional estava voltada para o primeiro turno das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, toneladas de troncos de árvore saíam do país. A DW África flagrou o fenômeno que cresceu em proporção após o golpe militar de abril de 2012. O desmatamento é considerado criminoso pelas comunidades das tabancas e ninguém fala sobre o assunto para a imprensa com medo de ser morto ou torturado por quem está por trás do esquema. Em meados de abril, na última semana de campanha, dezenas de caminhões com contentores faziam fila na Avenida Amílcar Cabral e se acumulavam nas ruas adjacentes. Trata-se de uma das principais vias da cidade, entre o Palácio do Governo e o porto. Conforme ambientalistas e autoridades florestais guineenses, todos os contentores carregavam troncos de madeira para serem exportados principalmente para a China. O diretor-geral do Serviço de Floresta e Fauna, Luís Olundo Mendes,

garante que a madeira sai legalmente do porto. “Nós trabalhamos com a Guarda Nacional. Eles fiscalizam e nós certificamos a madeira. Temos hoje 13 serrações com licença para desmatar de forma controlada”, [...] (PESSÔA, 2014, s/p).

Em 2010, conforme a reportagem, “já saíram 15 contentores de madeiras no porto de Bissau” para o exterior. Esse número desmatado não parou de crescer até em 2013, na qual subiu para 409, um crescimento de aproximadamente 30 vezes durante três anos no país. Entre as árvores que sofreram com esse corte ilegal é o pau de sangue que é de grande tamanho e a sua madeira é muito mais cara em relação aos outros troncos e cada contentor cheio de madeiras desta árvore corresponde a 17,7 mil euros.

Em outra perspectiva, sobre este efeito sustentam que:

O desmatamento em grande escala nos trópicos úmidos se baseia na existência de grandes regiões florestais escassamente ocupadas nas quais os habitantes indígenas têm pouco ou nenhum poder de influenciar as forças exógenas que atuam sobre eles e a terra. A imigração é desencadeada por decisões governamentais de abrir a fronteira por meio de esquemas de assentamento, projetos de desenvolvimento e plantações ou por meio de indústrias extrativas, basicamente madeireiras, com as consequências da colonização “espontânea”. Em ambos os casos, o desenvolvimento da infraestrutura segue na forma de estradas, eletrificação, serviços de saúde e/ou água potável, o que atrai famílias em busca de terra e consolida a ocupação. As razões mais profundas para as decisões do governo incluem o desejo de garantir reivindicações territoriais e apoio político nacional, atrair capital internacional, para facilitar as oportunidades de mercado ou para promover os interesses de grupos específicos através da exploração de recursos naturais controlados pelo Estado (LAMBIN et al., 2001, p. 263).

Outros fatores relacionados ao aumento das taxas de desflorestação de um país, podem estar ligados ao elevado nível de crescimento da população e à pobreza. Visto que, muitas vezes, o ato de cortes e queimadas dos pequenos agricultores contribui amplamente na devastação da terra para o plantio, mas esta não é a única causa. Esta situação está também ligada às políticas dos governos nacionais que empurram os migrantes e as grandes empresas estrangeiras e nacionais para as terras pouco habitadas.

Segundo Temudo (2009), o que conduz os pequenos agricultores na intensificação da destruição e queima das florestas e exploração dos recursos naturais em abundância é a insuficiência dos alimentos que ameaça essas pessoas a procurarem essa alternativa. É a forma de sobrevivência deste flagelo por falta do apoio estatal e do emprego. Em outro aspecto, a relação entre a população, recursos naturais e a devastação ambiental dos trópicos, pode ser compreendida como consequência do crescimento da população.

A Guiné-Bissau tem uma economia dependente do setor primário baseada na Produção da Castanha de Caju com Casca (PCCC), devido à escassez de diversificação da produção para o maior crescimento do PIB (SECA, 2020). Por um lado, verifica-se que também a “Exportação de Castanha de Caju com Casca (ECCC), tem uma média de contribuição de 8,9% no PIB do país”. A respeito disto, vê-se que o produto tem grande relevância econômica por ser responsável na criação de empregos de forma direta e indiretamente para a população no período da comercialização da castanha de caju.

Para Jaime Indi (2019), vender os recursos da biodiversidade biológica do país para as empresas estrangeiras de forma contraditória às leis ambientais, não significa apenas deslegitimar o regulamento que os intelectuais consagrados pela ciência moderna construíram sobre a preservação da diversidade biológica. De outro modo é descumprir as diretrizes, princípios morais e éticos das sociedades tradicionais que há muito tempo preservaram os ecossistemas através dos conhecimentos dos seus antepassados.

A remoção de florestas e queimadas gerou vários obstáculos sociais e consequências negativas para as populações residentes nas comunidades tradicionais que praticam a agricultura familiar. Além de eliminar grande parte da cobertura vegetal, o desflorestamento é considerado hoje em dia como um causador de graves problemas ambientais, segundo a Lei n.º 1/2011 que regula o meio ambiente e a sua gestão correta. No seu artigo 8.º, percebe-se que o desmate não deve estar fora do controle do Estado (GUINÉ-BISSAU, 2011b). Por outro lado, este deve criar novas políticas com diretrizes de punição sérias e seguras para controlar a crise ambiental e evitar os impactos danosos sobre o ecossistema e a destruição do habitat de várias espécies (SANTOS, et al., 2017).

Como um dos países menos desenvolvidos e dependente da ajuda financeira, na sua cooperação com vários países, os recursos naturais são explorados ilegalmente para exportação e isso tem provocado aumento da devastação florestal. Ainda assim, como membro do “Projeto do Grande Ecossistema Marinho do Golfo da Guiné (GOGLME)”, esse projeto foi iniciado por países como Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões. Um dos propósitos é reduzir as emissões provocadas pela desarborização e investigar os processos ambientais e biológicos com a intenção de conseguir o desenvolvimento sustentável em todos países membros (KAH, 2012).

Em vista disto é perceptível que há grande controle no tamanho dos peixes que devem ser pescados, o tipo de atividade pesqueira, bloqueio sazonal das áreas e reduzir a autorização de muitas licenças. Aliás, foi elaborado um programa para controlar a poluição e foram desenvolvidos procedimentos para estimular a saúde do ecossistema e realizar uma formação para treinamentos dos recursos humanos locais.

A GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS

Para a “Lei de Bases do Ambiente” no seu artigo 3.º, a gestão sustentável das florestas é a forma de utilização das áreas ambientais e os recursos que o compõem de forma racional. Posto isto é manter a biodiversidade sem ameaças das atividades humanas contrárias às leis da proteção ambiental (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Salienta-se que equilibrar o ecossistema é uma forma de proteger os bens ambientais e a biodiversidade. Sendo que garantir a sustentabilidade ambiental e ecológica necessita de uma gestão mais adequada dos recursos naturais sem prejudicar o meio ambiente. E o território guineense é composto por componentes bióticos como plantas, animais, micróbios e os outros não vivos (químicos e físicos), como o ar, a água, o solo e minerais”. Todos interagem com outros que estão no mesmo ambiente.

De grosso modo, a sobrevivência humana e das espécies depende da proteção florestal que necessita da implementação das medidas preventivas capazes de reduzir a devastação da vegetação e controlar a poluição e perda de habitat dos animais e a extinção das espécies (GOMES, 2014).

A licença para ter acesso à terra que o Estado dá para as empresas privadas é uma estratégia para evitar a degradação e destruição das florestas que ocorre através da ocupação ilegal e desorganizada para realização das atividades agrícolas etc. Nesta essência, esta iniciativa estatal visa possibilitar a gestão sustentável das mesmas, facilitando o incremento econômico dos agricultores e aprimorar melhor qualidade de vida da população nas comunidades. Já que um dos problemas do desflorestamento é o plantio de monoculturas pela agricultura familiar e mecanizada, mas em pequena escala.

Por conseguinte, perante o panorama da carência dos recursos do sector público e com lapsos no acompanhamento e vigilância, aparece como solução permitir a exploração das madeiras destinadas para o comércio no sector privado e comunidades locais. Existem

estas normas nos documentos oficiais, mas não são colocadas na prática. “No caso dos recursos naturais, se forem consumidos de maneira predatória, poderão afetar a quantidade disponibilizada para os demais indivíduos, regiões ou países” (GODOY, 2006, p. 641).

O Estado da Guiné-Bissau instituiu muitas áreas de conservação por uma extensão muito longa da zona costeira. Além do mais, está no plano proteger outras na zona continental. Também existe uma rede nacional de áreas protegidas que engloba todos os territórios conservados de forma oficial nomeadas que compõem “parques nacionais marinhos, parques naturais costeiros, área marinha protegida comunitária e uma Reserva da Biosfera” (JANEIRO et al., 2008 p.9).

No contexto interno, as áreas protegidas envolvem 12,2% do território nacional e este valor eleva-se a 33,3%, se levarmos em conta a “Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós – RBABB”. Esta rede nacional de áreas conservadas, compõe na atualidade, um dos elementos mais fundamentais da rede nacional de áreas marinhas preservadas da África Ocidental (RAMPAO). Além disto, determina as zonas de defesa e/ou de gestão específica que aceitaram a preservação da biodiversidade para a reprodução das espécies aproveitadas para fins comerciais fora das zonas de preservação.

5879

As ações humanas que provocam a devastação florestal na Guiné-Bissau, destaca-se que: “Os problemas deste sector estão relacionados com a desmatção, o sobre pastoreio, a erosão dos solos, a irregularidade e diminuição da chuva e o aumento da população em zonas florestais, (...), a pressão sobre a biodiversidade” (RELATÓRIO NACIONAL, 2012, p.10). No âmbito do panorama da gestão dos recursos florestais, foram geradas reservas e zonas de preservação. Inclusive estas áreas ocupam 15% do território nacional, com a finalidade de alcançar 24% até 2015. Para o ano atual, não foram encontrados os dados publicados sobre outras áreas preservadas pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), entidade estatal responsável na proteção ambiental e reflorestamento.

Ter um meio ambiente saudável, sem contaminação e desmate exige muita responsabilidade do Estado, sector privado e a população. Por esta razão, todos têm deveres de proteger e direito de possuir um ambiente ecologicamente estável.

A situação preocupante do nível da degradação e da dilapidação dos nossos ecossistemas, nomeadamente as florestas, a fauna, a erosão costeira, intrusão salina, saneamento urbano, recursos haliêuticos e deficiente exploração dos recursos mineralógico do país, associada aos efeitos das mudanças climáticas, impõe uma atitude responsável das entidades públicas e privadas, mormente o

homem no sentido de moldarem a conduta para com o meio ambiente, criando efetivamente o equilíbrio necessário entre ação antrópica e a conservação da natureza (GUINÉ-BISSAU, 2011, p. 2);

O país há muito tempo o seu avanço em muitos setores é baseado no manuseio e na exploração dos recursos naturais. Este processo foi pensado na demanda que a nação possui e que requer uma exploração correta e reflorestamento das áreas para não prejudicar o meio ambiente. Mas, para isso acontecer na prática é essencial adotar medidas eficazes e acatar as normas ambientais de preservação de fauna e flora, mangais para o desenvolvimento ecológico, econômico, social e prevenir futuras catástrofes.

Para Barros (2017), os avanços alcançados no domínio ambiental, foram os esforços que as comunidades locais fizeram a muito tempo. Por conta da valorização dos conhecimentos tradicionais dos seus antepassados, contribuíram na proteção do patrimônio natural e coletivo onde hoje vivemos. Conseqüentemente, o avanço do paradigma colonial em benefício das economias europeias, foi através da ocupação dos territórios dos povos nativos e explorados os seus meios de subsistência e aniquilados as culturas, as tradições etc. Esse modelo de coleta e de exploração de recursos naturais deixou os países colonizados em situação de dependência econômica e política.

5880

A emancipação não foi capaz de criar uma economia autossuficiente. O que assistimos é a divisão de Norte-Sul baseada na condição socioeconômica e política. Neste sentido, os países do Norte são conhecidos como desenvolvidos e produzem tecnologias para vender os países do Sul considerados subdesenvolvidos e abastecedores de matérias-primas para os mercados ocidentais.

O país é muito rico e tem diversidade ecológica e o seu patrimônio natural de grande relevo à nível mundial. Há no seu território vários organismos, dentre esses destaca nomeadamente “as aves, anfíbios, plantas superiores, morcegos, répteis e moluscos,” todos estão divididos ou espalhados em diferentes ecossistemas e habitats. Em virtude da sua imensa relevância em termos da variedade biológica, o Estado decidiu criar os regimentos de conservação de seis (6) áreas no país.

Estas áreas protegidas foram oficializadas por Decretos governamentais. Atualmente os parques da Guiné-Bissau são classificados em: parques naturais (Parque Natural dos Tarrafes – mangais – do Rio Cacheu, Parque Natural das Lagoas de Cufada); parques nacionais (Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão, Parque Nacional de Orango, Parque Nacional de Cantanhez) e Parque Marinho Comunitário (Complexo de Urok). Está em curso o processo de criação e oficialização de áreas protegidas no interior continental, é o caso do Complexo

Dulombi-Boé-Tchéche. Todas as áreas protegidas funcionam sob tutela do IBAP (GUINÉ-BISSAU, 2015, p. 11).

Nos dias atuais, nota-se os sinais das alterações climáticas influenciadas não somente pelos fatores naturais, mas sobretudo pelas modificações da ação humana. O uso das técnicas tradicionais de exploração dos recursos naturais devido ao aumento da migração dos cidadãos dos países da sub-região, estes vieram com ações maléficas de exploração. Estes atos têm consequências nas florestas, divisão dos habitats, destruição do solo, redução dos recursos hídricos entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica em busca das produções científicas nas Ciências Sociais de outros autores para atender o interesse da nossa investigação. Sendo assim, procuramos compreender a exploração ilegal dos recursos naturais e suas sequelas maléficas para a população e o país. Entretanto, alguns dos textos analisados discutem a situação geográfica, histórica, econômica e as transformações políticas e sociais vigentes nos últimos anos na Guiné-Bissau.

5881

A partir destes estudos, concluímos que, as soluções para os problemas ambientais no país afetados pela devastação florestal em larga escala, devem ser o Estado a investir no reflorestamento das zonas degradadas e proibir a queima e corte. Também, cumprir as leis de proteção ambiental para prevenir e tomar medidas contra a poluição do solo, água, do ar, rios, florestas etc. Assim como pôr em prática as legislações nacionais e internacionais para conter as ações nocivas de degradação da natureza.

Os desafios para alcançar o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico na Guiné-Bissau, requerem boas práticas de gestão ambiental. Adotar o uso plásticos, porque estes demoram para decompor e causam a morte de aves e animais marinhos.

A aderir a gestão eficaz dos recursos naturais e começar a explorá-los de forma racional para iniciar a transformação das matérias primas, minérios, recursos energéticos e seguir as normas ambientais e dos ativistas que defendem esta causa. Dado que, as frequentes queimadas e o plantio de monoculturas têm empobrecido bastante o solo e o mais ideal é diversificar produtos como os autores têm destacado nas suas pesquisas.

As vantagens encontradas no decorrer desta pesquisa é que existem muitas produções disponíveis nas revistas científicas e nos repositórios institucionais das universidades para diferentes abordagens, relacionadas a realidade de cada país. A linguagem dos textos é acessível o que facilitou a compreensão e interpretação das obras consultadas para elaboração do nosso artigo.

Portanto, as desvantagens encontradas durante a investigação é que não há muitos estudos sobre a Guiné-Bissau nesta temática, mas foi encontrado documentos e decretos oficiais sobre o meio ambiente. Para conseguirmos desenvolver o trabalho, resolvemos procurar autores que discutem os impactos ambientais noutros países.

A gestão sustentável e desenvolvimento socioeconômico pode ser afetado pelas más ações humanas no tratamento do meio ambiente e a exploração inapropriada. Por esta razão, é necessário levar em consideração que as futuras gerações e animais irão necessitar de um ambiente saudável e menos poluído pelos transportes e pequenas indústrias. Como soluções, o Estado guineense, precisa criar campanhas de sensibilização e exigir da população e as empresas agrícolas a evitarem as práticas inadequadas que empobrecem o solo e reforçar a vigilância florestal em todo o território nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAES, R. D. A., Mariano, F. Z., & Simonassi, A. G. (2012). **Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 50(1), 119-140.

BARROS, Miguel. **Guiné Bissau e a gestão comunitária de florestas como oposição às pilhagens público-privadas de recursos naturais**. Correio da Cidadania, Brasil, 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/12/21/guine-bissau-e-a-gestao-comunitaria-de-florestas-como-oposicao-as-pilhagens-publico-privadas-derecursos-naturais/> Acesso em: 5 de maio de 2023.

CATEIA, J. V., da Silva, I. C., & Rohenkohl, J. E. (2018). **A mudança estrutural na Guiné-Bissau**. Textos de Economia, 21(1), 97-124.

GODOY, A. M. G. (2006). A sugestão sustentável e a concessão das florestas públicas. Revista de Economia Contemporânea, 10, 631-654.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Base de Ambiente**. Republica da Guiné-Bissau. Boletim Oficial n° 9, 2 de março de 2011.

Guiné-Bissau. (2011). Decreto-Lei n.º 10/2011 de 7 de Junho. Disponível em: spscrp.org
<http://spscrp.org> > sites > default > files > LEG Acesso em 17 de março de 2023.

GOMES, Carla Amado. Sustentabilidade ambiental: missão impossível? In: I Congresso. 2014. Disponível em: [icjp.pt](https://www.icjp.pt) <https://www.icjp.pt> > palmas-sustentabilidade Acesso em 17 de março de 2023.

GUINÉ-BISSAU: FMI perspectiva crescimento económico favorável mas cita riscos. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/04/1546981-guine-bissau-fmi-perspetiva-crescimento-economico-favoravel-mas-cita-riscos> Acesso em: 02 de Maio de 2023.

GOMES, Carla Amado. Sustentabilidade ambiental: missão impossível? In: I Congresso. 2014. Disponível em: [icjp.pt](https://www.icjp.pt) <https://www.icjp.pt> > palmas-sustentabilidade Acesso em 19 de abril de 2023.

HENRIQUES, Liliana. Abate florestal continua na Guiné-Bissau apesar de moratória, diz relatório. Guiné-Bissau, 30 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20170530-abate-florestal-continua-na-guine-bissau-apesar-de-moratoria-diz-relatorio> Acesso em: 10 de junho de 2023

INDI, L. J. (2019). Neocolonialismo e os dilemas de conservação ambiental em África: o caso de Cantanhez na Guiné-Bissau.

5883

JANEIRO, C., R. Cangarato, A. Araújo e J. Palmeirim. 2008. **Gestão de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau**. Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas & 360 Graus, Cultura e Ambiente. Évora, Portugal. 71pp.

JAU, Mussa. A China e a extração abusiva e ilegal de madeira na Guiné-Bissau (2012-2014): uma análise crítica da relação sino-guineense. 2022. [unilab.edu.br](https://repositorio.unilab.edu.br)
<https://repositorio.unilab.edu.br> > bitstream > 2.. Acesso em 21 de Maio de 2022.

KAH, H. K. (2012). **Governança de recursos, conflito e insegurança no Golfo da Guiné no século XXI**. *Tensões Mundiais*, 8(15), 165-191.

LAMBIN, EF, Turner, BL, Geist, HJ, Agbola, SB, Angelsen, A., Bruce, JW, ... & Xu, J. (2001). **As causas da mudança de uso e cobertura da terra: indo além dos mitos**. *Mudança ambiental global*, 11 (4), 261-269.

LUSA, cvt. Covid-19: **Choque económico "poderá ser mais profundo" na Guiné-Bissau**. DW África, Guiné-Bissau, 19.04.2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-choque-econ%C3%B3mico-poder%C3%A1-ser-mais-profundo-na-guin%C3%A9-bissau/a-53182191> Acesso em 03 de Maio de 2023.

MARGULIS, Sergio. Causas do desmatamento da Amazônia brasileira. 2003. Disponível em: [scielo.br](https://www.scielo.br) <https://www.scielo.br> > resr > pYBBTKchmnRT... Acesso em 29 de Maio de

2023.

PESSÔA, Marcio. **Desmatamento ilegal na Guiné-Bissau é milionário**. DW África, Guiné-Bissau 09 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/desmatamento-ilegal-na-guin%C3%A9-bissau-%C3%A9-milion%C3%A1rio/a-17626155> Acesso em 28.05.2023.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Estratégia nacional de comunicação em matéria de intercâmbio de informações sobre a biodiversidade**. Secretaria de Estado do ambiente. Direção geral do desenvolvimento durável. Bissau, Setembro de 2015.

República da Guiné-Bissau. Boletim Oficial. 2011. Disponível: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs116968> Acesso em 17 de março de 2023

República da Guiné-Bissau. (2011). Decreto-Lei n.º 10/2011 de 7 de Junho. Disponível em: <http://spsrp.org> <http://spsrp.org/sites/default/files/LEG> Acesso em 17 de março de 2023.

SANTOS, T. O. (2017). Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia brasileira: um estudo de revisão. *Revista Geográfica Acadêmica*, 11(2), 157-181.

SECA, A. I. (2020). **A expansão do cultivo do Caju e seus impactos ambientais e econômicos na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Amazonas. Março, 2020.

5884

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DO TURISMO. **Cimeira mundial sobre desenvolvimento sustentável. Relatório nacional**. Bissau, 2012.

TEMUDO, M. P. (2009). **A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica**. *Etnográfica*. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 13(2), 237-264.

TCHUMÁ, Fátima. **Crise política guineense tem impacto negativo na economia**. DW África, Guiné-Bissau, 18.08.2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/crise-pol%C3%ADtica-guineense-tem-impacto-negativo-na-economia/a-18656793>. Acesso em 17.06. 2023

União Europeia. Ação da UE para combater a pesca ilegal. 2022. Relatório Especial. Disponível em: [europa.eu](https://www.eca.europa.eu) <https://www.eca.europa.eu> Acesso em 20. 06. 2023